

Carlos Adriano Sá Pinto da Cunha.
 Ana Cristina Carvalho Neves Ferreira.
 Vita Maria Pereira.
 Victor Manuel Baeta Antão.
 Hélder Manuel Saraiva Moreira.
 Helena Maria Viana da Silva e Sousa.
 Ana Paula Garcia Pais Costa da Silva.
 Manuel Alberto de Oliveira.
 Ana Paula Pereira Berrones.
 Manuel de Jesus Antunes Braçal.
 Maria Manuela Ferreira Martins Ramalhete.
 Rui João Agrícola Pedrógão.
 Maria de Fátima Gomes de Oliveira Gonçalves.
 Vanda Paula Parreira da Silva.
 Anabela Olga de Fátima da Silva Gaspar Afonso.
 Ana Maria Manteigas Carreto Centúrio.
 Filomena Maria Ferreira Branco dos Santos.
 Carla Maria Mendes Rocha.
 Ana Maria Fernandes da Silva Marreiros.
 José Bernardo Ferreira.
 Sónia Maria Arruda Carreiro.
 Maria da Graça Abreu de Ponte.
 Maria Isabel Paiva Antunes Martins.
 Maria Manuela da Silva Lupi e Costa.
 Maria Clarisse Monteiro.
 Maria Natália Ribeiro Duarte.
 Maria Teresa Almeida da Silva.
 Luciana da Costa Reis.
 Maria João da Gama Ferreira.

(Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Julho de 2007. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral dos Impostos

Despacho n.º 18 763/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de chefe de divisão de Planeamento (DP), da Direcção de Serviços de Planeamento e Sistemas de Informação (DSPSI), apresentou a proposta de nomeação de Isabel Maria Viana da Costa Rodrigues da Silva Pereira da Costa como sendo a candidata que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de chefe de divisão de Planeamento (DP), da Direcção de Serviços de Planeamento e Sistemas de Informação (DSPSI), em comissão de serviço e pelo período de três anos, a técnica superior assessora principal Isabel Maria Viana da Costa Rodrigues da Silva Pereira da Costa, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

16 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Nota biográfica

Isabel Maria V. C. Rodrigues da Silva Pereira da Costa.

Data de nascimento — 26 de Maio de 1953.

Habilitações literárias — licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa em 1975, com a média de 13 valores.

Data de entrada na função pública — 1 de Setembro de 1975, como economista na Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Ministério das Obras Públicas.

Categoria actual — técnico superior assessor principal do quadro da Direcção-Geral dos Impostos (DGCI).

Desde 15 de Janeiro de 2007, exerce funções na Direcção de Serviços de Planeamento e Sistemas de Informação da DGCI, como chefe de divisão, em regime de substituição, colaborando na elaboração do relatório de actividades de 2006 da DGCI e de estatísticas e indicadores de apoio à gestão, e no acompanhamento da implementação do sistema de gestão de atendimento.

De 1 de Fevereiro de 2006 a 14 de Janeiro de 2007, exerceu funções na Direcção de Serviços de Instalações e Equipamentos da DGCI, como responsável pela gestão financeira dos projectos «Maior racionalização — Orientação para o cidadão» e «Sistema integrado de gestão de instalações e equipamentos», no âmbito do POAP, nas componentes FEDER e FSE, respectivamente; colaborou ainda na orga-

nização de uma base de dados interna para integrar o cadastro da DGCI no referente a instalações e equipamentos.

Entre 1999 e 2006, foi chefe da Divisão de Programação Financeira da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Ministério do Ambiente, exercendo funções de responsável pela programação, gestão, acompanhamento e execução do PIDDAC da DGOTDU. Durante o ano de 2004, exerceu funções de coordenação do Programa Orçamental P27 — Informação Geográfica de Base, Ordenamento do Território, Requalificação e Desenvolvimento Urbano, tutelando projectos de PIDDAC de 10 organismos do Ministério do Ambiente externos à DGOTDU.

Entre 1987 e 1999, desempenhou funções de responsável pela apreciação técnica e jurídica de todos os processos de expropriação que transitaram na DGOT e DGOTDU. Participou ainda na revisão do Código das Expropriações como representante da DGOTDU.

Entre 1975 e 1987, colaborou na apreciação de processos relativos a loteamentos, planos gerais, parciais e de pormenor, medidas preventivas, declarações de áreas críticas, reabilitação urbana, planos de áreas territoriais. Colaborou, também, na elaboração de estudos sócio-económicos de vários instrumentos de planeamento urbanístico e do ordenamento do território (plano director municipal, plano de área territorial, bases de ordenamento concelhios).

Foi autora e co-autora de várias publicações da DGOTDU e das direcções-gerais suas antecessoras, nomeadamente: *Auxílios Financeiros às Autarquias Locais no Âmbito da Renovação Urbana* (1991), *Instrução de Processos* (1991), *Expropriações* (1995), *Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva — Investimentos da DGOTDU no Período 2000-2004* (2004), *Relatório Anual de Execução Física e Financeira do Programa Orçamental P27* (2004), *Análise Crítica ao Regulamento do Programa Equipamentos Aprovado pelo Despacho n.º 7187 (2.ª série), de 11 de Abril de 2003* (2005).

Fez parte de diversos júris em concursos de pessoal e de empreitadas de obras públicas.

Despacho n.º 18 764/2007

De acordo com o previsto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o júri do concurso de selecção para o provimento do cargo de director de serviços de Planeamento e Sistemas de Informação (DSPSI) apresentou a proposta de nomeação de Teresa Maria Pereira Gil como sendo a candidata que possui maior competência técnica e aptidão para o exercício do referido cargo, correspondendo ao perfil exigido.

Nestes termos, e atento o disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção introduzida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, concordo com a proposta do júri, pelo que nomeio no cargo de director de serviços de Planeamento e Sistemas de Informação (DSPSI), em comissão de serviço e pelo período de três anos, a técnica economista de 1.ª classe Teresa Maria Pereira Gil, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos.

16 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Curriculum

Nome — Teresa Maria Pereira Gil.

Categoria profissional — técnica economista de 1.ª classe.

Habilitações literárias — licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

Experiência profissional:

Desde Junho de 2006 exerce o cargo de directora de serviços de Planeamento e Sistemas de Informação em regime de substituição; Entre Julho de 2004 e Maio de 2006 exerceu funções de assessora no Gabinete do Director-Geral dos Impostos;

Entre Outubro de 2002 e Junho de 2004 esteve em regime de licença de longa duração, tendo nesse período exercido as funções de *senior manager* do Departamento Fiscal da KPMG, Auditores, S. A.;

Entre Maio de 2002 e Setembro do mesmo ano exerceu funções técnicas na Direcção de Serviços do IRC;

Entre Julho de 2001 e Abril de 2002 assumiu as funções de assessora do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;

Entre Dezembro de 2000 e Julho de 2001 assumiu as funções de assessora do Ministro das Finanças;

De Outubro de 2000 a Dezembro do mesmo ano exerceu as funções de assessora do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais;

Entre Maio de 1989 e Setembro de 2000 exerceu funções técnicas na Direcção de Serviços do IRC;

Entre Novembro de 1986 e Abril de 1989 exerceu funções técnicas na Direcção de Serviços de Controlo do, à data, Serviço de Administração do IVA.

Informação adicional — frequentou em Outubro de 2004 o seminário de alta direcção, previsto no artigo 35.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, promovido pelo Instituto Nacional de Administração.